



RELATÓRIO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO DA SADC (TIFI) À 56ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA
TEMA: "TIRAR PARTIDO DO PAPEL DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC PARA FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA SADC COM VISTA A UMA MAIOR RESPONSABILIZAÇÃO E A UM DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIOECONÓMICOS INCLUSIVOS"

Senhor Presidente, proponho que esta Assembleia Plenária adopte o Relatório da Comissão de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento para a 56ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, apresentado em 11 de Dezembro de 2024.

Índice

1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	4
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA	4
3.0	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES	4
4.0	ANTECEDENTES	4
5.0	RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS REPRESENTANTES DOS CIDADÃOS E DOS PARCEIROS	5
5.1	Comércio Intra-Regional e Redução das Barreiras Comerciais	5
5.1.1	<i>Introdução à ZCLCA</i>	5
5.1.2	<i>Benefícios da ZCLCA</i>	5
5.1.3	<i>Implementada por fases</i>	5
5.1.4	<i>Desafios para os Empresários da África Austral</i>	6
5.1.5	<i>Facilitação do Comércio: Experiência de Desenvolvimento de Infra-Estruturas</i>	6
5.2	Industrialização e Desenvolvimento de Cadeias de Valor Regionais	6
5.2.1	<i>As Parcerias Público-Privadas</i>	6
5.2.2	<i>Tipos de Parcerias Público-Privadas</i>	6
5.2.3	<i>Quais são alguns dos exemplos de PPP?</i>	6
5.2.4	<i>Quais são os benefícios das PPP para a região da SADC?</i>	7
5.2.5	<i>Quais são algumas das lacunas do actual quadro jurídico?</i>	7
5.2.6	<i>Porquê a lei-modelo sobre as parcerias público-privadas?</i>	7
5.2.7	<i>Acréscimo de valor: O caso da Zâmbia; Estratégia para os Minerais Essenciais da Zâmbia</i>	7
5.2.8	<i>Obstáculos às Cadeias de Valor das Energias Renováveis na SADC</i>	7
5.3	Inclusão Financeira e acesso ao capital para as PME, em especial as pertencentes a jovens e mulheres empresárias	8
5.3.1	<i>Papel dos Legisladores nas Estratégias para o Empreendedorismo dos Jovens</i>	8
5.4	Transformação Digital nos Sectores do Comércio e das Finanças	8
5.4.1	<i>O papel do financiamento digital do comércio</i>	8
5.4.2	<i>O rumo a seguir pelos Estados-Membros</i>	8
5.4.3	<i>Colmatar o Fosso Digital para as mulheres e os jovens nas zonas rurais e o seu impacto sobre o comércio na SADC"</i>	9
5.4.5	<i>Qual é a importância da inclusão digital para o comércio?</i>	9
5.4.5	<i>Qual é o impacto da digitalização no comércio regional na SADC?</i>	9

5.5	Iniciativas de Investimento Sustentável e de Financiamento Verde.....	9
5.5.1	<i>A indústria extractiva</i>	9
6.0	OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	10
7.0	CONCLUSÃO	11
8.0	ANEXOS	13

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

À data da reunião, em 24 de Outubro de 2024, a composição da Comissão do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI) era a seguinte

1. Dep.Ruth Mendes (Angola) (**Presidente**)
2. Dep.Dr. Afred James Kimea (Tanzânia) (**Vice-Presidente**)
3. Dep.Celestin Loleke Ekoto (RDC)
4. Dep. Michael Masilela (Eswatini)
5. Dep. Dr. Pinkie Manamolela (Lesoto)
6. Dep.Francis Lucky Phisso (Malawi)
7. Dep. Longinus N. Iipumbu (Namíbia)
8. Dep.Egbert Aglae (Seicheles)
9. Dep. Kalalwe Mukosa (Zâmbia)
10. Mercy Mugomo (Zimbabué)
11. Botsuana (Parlamento dissolvido na pendência de eleições)
 1. Madagáscar (Ainda não foram designados membros para as Comissões Permanentes)
 2. Maurícias (Parlamento dissolvido na pendência de eleições)
 3. Moçambique (Parlamento dissolvido para eleições)
 4. África do Sul (Ainda não foram designados membros para as Comissões Permanentes)

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA

Os Termos de Referência da TIFI estão articulados no Artigo 42 (b) do Regimento Interno do FP da SADC, em termos gerais "Tratar de todos os assuntos relacionados com a cooperação económica, indústria e comércio, minas, finanças e investimento e integração regional".

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES

A TIFI reuniu-se virtualmente a 24 de Outubro de 2024 para as Audiências Públicas que foram realizadas sob o tema: *"Alavancar o papel do Fórum Parlamentar da SADC na facilitação da participação dos cidadãos na integração regional da SADC para uma maior responsabilização e um desenvolvimento e coesão socioeconómicos inclusivos"*.

4.0 ANTECEDENTES

As audiências públicas têm sido fundamentais para o Fórum Parlamentar da SADC colher os pontos de vista dos cidadãos para reforçar o papel dos Deputados no desempenho das funções parlamentares. A sessão inaugural da audiência pública foi realizada em Novembro de 2022 e uma sessão de seguimento em Outubro de 2023, o que demonstrou o papel fundamental das vozes dos cidadãos nas questões regionais. A Comissão TIFI realizou a audiência pública sob o tema *"Alavancar o papel do Fórum Parlamentar da SADC na facilitação da participação dos cidadãos na integração regional da SADC para uma maior responsabilização e um desenvolvimento e coesão socioeconómicos inclusivos"*.

A audição pública da Comissão TIFI centrou-se principalmente nas seguintes áreas temáticas:

- O comércio intra-regional e a redução das barreiras comerciais;
- A industrialização e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais;
- Inclusão financeira e acesso ao capital para as PME, em especial as pertencentes a jovens e mulheres empresárias;
- Transformação digital nos sectores do comércio e das finanças; e
- Investimento sustentável e iniciativas de financiamento ecológico.

5.0 RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS REPRESENTANTES DOS CIDADÃOS E DOS PARCEIROS

O Comissão TIFI recebeu submissões de cidadãos, representantes e parceiros cuja lista se encontra no Anexo II do presente Relatório. As apresentações extrapolaram as cinco áreas temáticas principais no âmbito do tema geral da Sessão da Comissão, *"Potenciar o papel do Fórum Parlamentar da SADC para uma maior responsabilização e um desenvolvimento e coesão socioeconómicos inclusivos"*.

As principais questões levantadas no âmbito das áreas temáticas e as deliberações que se seguiram são resumidas a seguir.

5.1 Comércio Intra-Regional e Redução das Barreiras Comerciais

5.1.1 Introdução à ZCLCA

A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) é um acordo comercial entre os Estados membros da União Africana que visa criar um mercado único de bens e serviços, com livre circulação de pessoas e investimentos. Os principais objectivos da ZCLCA incluem a redução dos direitos aduaneiros, a eliminação das barreiras não pautais, o aumento da competitividade e a promoção do desenvolvimento industrial e da diversificação económica em África.

5.1.2 Benefícios da ZCLCA

Espera-se que a implementação da ZCLCA impulsione o comércio intra-africano, crie oportunidades de emprego e reforce a integração económica e o poder de negociação colectiva de África na economia global.

5.1.3 Implementada por fases

A ZCLCA está a ser implementada em fases, com a primeira fase a centrar-se no comércio de bens e serviços e a segunda fase a abordar o investimento, a política de concorrência e os direitos de propriedade intelectual

5.1.4 **Desafios para os Empresários da África Austral**

Os empresários enfrentam desafios, tais como o acesso ao financiamento, ambientes regulamentares hostis, limitações de infra-estruturas, lacunas de competências, desafios de mercado, normas culturais e sociais

5.1.5 **Facilitação do Comércio: Experiência de Desenvolvimento de Infra-Estruturas**

Estão a ser desenvolvidos meios Portuários para facilitar as exportações: Os principais portos, como o de Dar es Salaam, na Tanzânia, Durban, na África do Sul, e o porto do Lobito, em Angola, recentemente melhorado, são vitais para as exportações.

Redes ferroviárias e rodoviárias: Extensas redes ferroviárias ligam países sem litoral, como a Zâmbia e a RDC, aos portos costeiros. Projectos como o Corredor Norte-Sul e o Corredor do Lobito são fundamentais à facilitação do comércio regional. Portos como os de Nacala e Maputo são essenciais para a exportação de minerais. O Corredor de Nacala, incluindo a ligação ferroviária ao Malawi, é crucial para o aumento da eficiência das exportações.

Centros de logística: A modernização dos aeroportos e o desenvolvimento de plataformas logísticas melhoram o manuseamento da carga e agilizam as cadeias de abastecimento de mercadorias de elevado valor e sensíveis ao factor tempo.

5.2 **Industrialização e Desenvolvimento de Cadeias de Valor Regionais**

5.2.1 **As Parcerias Público-Privadas**

"Um contrato de longo prazo entre uma parte privada e uma entidade governamental, para o fornecimento de um bem ou serviço público, no qual a parte privada assume um risco significativo e responsabilidade de gestão, e a remuneração está ligada ao desempenho." *Banco Mundial, 2024*

5.2.2 **Tipos de Parcerias Público-Privadas**

- **PPP de Serviços:** prestação de um serviço público por uma entidade privada
- **PPP de Activos:** construção e exploração de um activo público por uma **entidade** privada

5.2.3 **Quais são alguns dos exemplos de PPP?**

A expansão do sector dos transportes é uma via para a industrialização, enquanto as estradas, os caminhos-de-ferro, os portos e os aeroportos são vias para o desenvolvimento de cadeias de valor. Investir na energia, tal como em centrais solares, nas transmissões e nas TIC, como por exemplo em redes de banda larga, constitui uma garantia para a criação de cadeias de valor, já que estas facilitam o comércio, especialmente o comércio digital. A água e o saneamento, através da construção de barragens, catapultam a industrialização e criam cadeias de valor duradouras.

5.2.4 Quais são os benefícios das PPP para a região da SADC?

Os benefícios incluem a integração regional, o comércio regional, o desenvolvimento de infra-estruturas, a criação de emprego, a promoção do investimento, a transição energética e a transformação digital.

5.2.5 Quais são algumas das lacunas do actual quadro jurídico?

Não existe uma legislação global específica abrangendo as PPP. Existem também quadros regulamentares fragmentados e incoerentes nos Estados-Membros. A capacidade institucional para gerir projectos de PPP complexos com uma atribuição de riscos pouco clara é limitada. As lacunas nas disposições legais que tutelam contratos de PPP a longo prazo impedem a industrialização, enquanto a contratação pública inadequada e as deficiências de transparência, juntamente com a fraca supervisão legislativa e responsabilização, resultam em protecções legais inadequadas para os investidores privados expandirem a industrialização na região da SADC.

5.2.6 Porquê a lei-modelo sobre as parcerias público-privadas?

A lei modelo proporcionará harmonização jurídica, abordará a afectação de riscos e melhorará os ambientes jurídicos favoráveis aos investidores. A lei-modelo também melhorará as capacidades institucionais em toda a região com vista a promover a industrialização e a integração regional através de uma melhor supervisão e responsabilização jurídicas.

5.2.7 Acréscimo de valor: O caso da Zâmbia; Estratégia para os Minerais Essenciais da Zâmbia

Em 29 de Agosto de 2024, a Zâmbia lançou a Estratégia Nacional para os Minerais Essenciais. Estratégia que se destina ao aproveitamento dos minerais essenciais. Torna-se o primeiro país a implementar uma política deste tipo em África. A estratégia facilitará a instalação de fábricas de baterias para veículos eléctricos (VE) na RDC como na Zâmbia.

5.2.8 Obstáculos às Cadeias de Valor das Energias Renováveis na SADC

- Restrições financeiras: O apoio financeiro necessário para o arranque de cadeias de valor não está provavelmente disponível.
- Quadros regulamentares inadequados: É necessário criar um quadro jurídico adequado, apoiado por protocolos a nível da SADC, para promover as cadeias de valor regionais.
- A cooperação regional está a ocorrer a um ritmo mais lento do que o necessário para a transição: Mas a colaboração entre a RDC e a Zâmbia parece ser um exemplo brilhante, até à data.
- Cadeias de valor subdesenvolvidas e falta de capacidade industrial.

5.3 Inclusão Financeira e acesso ao capital para as PME, em especial as pertencentes a jovens e mulheres empresárias

5.3.1 Papel dos Legisladores nas Estratégias para o Empreendedorismo dos Jovens

Tirar partido das oportunidades da ZCLCA; defender a formação de jovens empresários sobre os benefícios e mecanismos da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para os ajudar a aceder a novos mercados e a expandir a sua base de clientela.

Os programas de reforço de capacidades e os programas de formação abrangentes que dotam os jovens empresários com as competências necessárias em áreas tais como o planeamento empresarial, a gestão financeira, o marketing digital e os procedimentos de exportação são uma necessidade para o aproveitamento das transformações digitais. Um acesso fácil e regulamentado ao financiamento facilita o acesso das empresas lideradas por jovens através de regimes de crédito específicos, capital de risco e plataformas de financiamento colectivo adaptadas às suas necessidades específicas.

A simplificação do ambiente regulamentar, tal como a simplificação dos processos de registo das empresas e a redução das barreiras burocráticas, incentiva mais jovens a criar e desenvolver as suas empresas. A Mentoria e Incubação ajudam a estabelecer programas empresariais que proporcionem aos jovens empresários acesso a líderes experientes no sector, bem como orientação prática e recursos.

5.4 Transformação Digital nos Sectores do Comércio e das Finanças

5.4.1 O papel do financiamento digital do comércio

O financiamento digital do comércio alberga um imenso potencial face aos desafios enfrentados no comércio tradicional. Ao tirar partido de tecnologias inovadoras, tais como a *blockchain*, a inteligência artificial e a computação em nuvem (*cloud computing*), as soluções de financiamento do comércio digital podem simplificar os processos, aumentar a transparência e melhorar o acesso ao financiamento para empresas de todas as dimensões. Estes avanços podem ajudar a colmatar a lacuna do financiamento do comércio, facilitar as transacções transfronteiriças e promover uma maior eficiência e inclusão no ecossistema do comércio global

5.4.2 O rumo a seguir pelos Estados-Membros

É imperativo compreender o panorama do financiamento do comércio digital e promover um ambiente regulamentar de apoio. A identificação das principais partes interessadas e o desenvolvimento de soluções personalizadas de financiamento do comércio digital reforçam a literacia digital e o reforço das capacidades. Os Estados-Membros devem tirar partido das tecnologias emergentes no espaço digital para facilitar a colaboração transfronteiriça e aumentar o sector financeiro. O acesso ao financiamento é importante para facilitar as empresas lideradas por mulheres e jovens. O acesso ao financiamento através de regimes de empréstimos específicos, de capital de risco e de plataformas de financiamento colectivo adaptados às suas necessidades específicas reforçará o comércio. Defender a simplificação dos processos de registo de empresas e a redução

das barreiras burocráticas para incentivar o interesse de mais jovens a criar e desenvolver as suas empresas.

5.4.3 Colmatar o Fosso Digital para as mulheres e os jovens nas zonas rurais e o seu impacto sobre o comércio na SADC"

A TIFI tomou conhecimento da definição de Fosso Digital na SADC; o fosso entre os que têm acesso às modernas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e os que não têm.

Enfoque rural: As mulheres e os jovens das zonas rurais continuam a ser os mais afectados devido à falta de infra-estruturas, de acessibilidade e de literacia digital. Cerca de 90-94% da população rural não tem acesso à Internet na SADC. Cerca de- 87% das mulheres e jovens não possuem competências digitais básicas na região

5.4.5 Qual é a importância da inclusão digital para o comércio?

A importância do comércio digital é inegável, pois cria capacitação económica, o acesso a plataformas digitais permite que as mulheres e os jovens participem no comércio eletrónico e no comércio regional. O comércio digital gera crescimento nas PME, as ferramentas e os processos digitalizados podem ajudar as empresas rurais a aceder a maiores mercados, a reduzir os custos de transação e melhorar a produtividade.

A digitalização facilita a criação de emprego através do desenvolvimento de competências digitais. O espaço digital pode abrir oportunidades em sectores de base tecnológica, promovendo o emprego dos jovens.

5.4.5 Qual é o impacto da digitalização no comércio regional na SADC?

A digitalização melhora os fluxos comerciais através da inclusão das mulheres e dos jovens rurais no acesso aos mercados regionais, facilitando o comércio transfronteiriço. Haverá também uma diversificação das exportações: As plataformas de comércio electrónico podem ajudar os empresários rurais a diversificar os seus produtos e a expandir-se para novos mercados. A capacitação digital das mulheres rurais pode levar ao surgimento de empresas lideradas por mulheres, contribuindo para o crescimento do comércio regional.

O acesso ao financiamento implicará a criação de incentivos e mecanismos de financiamento para ajudar os empresários rurais a adquirir dispositivos digitais e acesso à Internet.

5.5 Iniciativas de Investimento Sustentável e de Financiamento Verde

5.5.1 A indústria extractiva

A SADC é um polo global de Minerais de Transição Energética. Os minerais verdes (também designados por minerais essenciais, minerais de transição energética, minerais estratégicos ou minerais de desenvolvimento) são uma matéria-prima vital para o fabrico de tecnologias verdes. A indústria mineira é uma área fundamental que engloba o comércio e o investimento e, por conseguinte, um factor essencial para o

desenvolvimento sustentável de África. A transição energética global e a procura associada de minerais verdes constituem uma oportunidade para a região forjar a industrialização através da beneficiação e, assim, criar cadeias de valor duradouras em toda a região.

Actualmente, a regulamentação está atrasada e existem mais oportunidades para melhorar a governação das indústrias extractivas - é necessário que os parlamentos promovam estratégias e listas de minerais críticos. Necessidade de protocolos mineiros e industriais harmonizados. A estratégia para os minerais verdes dá origem a uma industrialização equitativa baseada nos recursos minerais verdes - ligações colaterais – no sentido frontal e inverso e Cadeias de Valor regionais.

6.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sequência das interacções com os cidadãos, representantes e parceiros, e de acordo com as suas deliberações, a Comissão TIFI

CONSCIENTE de que o comércio é imperativo para a construção de um desenvolvimento sustentável. O aumento do comércio é importante para a criação de cadeias de valor na região.

ENCORAJADA pelo reconhecimento de que a SADC deve alinhar-se com outras regiões e investir na digitalização, sem que nenhum Estado-Membro seja deixado para trás.

CONSCIENTE da necessidade de expandir o investimento em infra-estruturas através de PPP para construir uma rede de Internet de alta velocidade a preços acessíveis nas zonas rurais ou noutras zonas de industrialização.

PREOCUPADA com o facto de o acesso limitado das mulheres e dos jovens aos recursos e ao poder de decisão dificultar a sua capacidade de ter negócios sustentáveis e oportunidades comerciais. O Governo e as ONG são encorajados a oferecer programas e iniciativas de literacia digital para proporcionar formação em competências digitais, em especial às mulheres e aos jovens.

CIENTE da necessidade de reforçar as capacidades dos jovens para além da educação formal, a fim de os incluir no espaço de comércio digital que crie oportunidades de emprego.

CONSCIENTE de que as reformas regulamentares harmonizam as políticas comerciais da SADC para apoiar o comércio eletrónico e o comércio digital além fronteiras.

IGUALMENTE CIENTE da necessidade de os Estados Membros adoptarem estratégias para garantir legislação e acções que tenham em conta as questões de género, a fim de alargar o financiamento da SDSR (Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos) e a adopção de uma Cobertura Universal de Saúde.

INCENTIVANDO os Estados Membros da SADC a reconhecerem a necessidade de transpor a lei modelo de GFP, especialmente no que diz respeito à gestão da dívida.

DECIDE POR CONSEQUENTE, recomendar à 56^a Assembleia Plenária para que

- i. **SUBLINHE** que os Estados Membros devem criar um ambiente que facilite a beneficiação de minerais essenciais com vista a criar emprego, especialmente para os jovens, e a criar cadeias de valor.
- ii. **APELE** aos Estados Membros da SADC para que promovam a defesa de uma lei modelo em matéria de PPP para facilitar negociações aprofundadas com o sector privado antes de o Governo se envolver em contratos de PPP. Os projectos de PPP devem ser debatidos no Parlamento antes de os projectos serem considerados e antes da assinatura dos mesmos.
- iii. **APELE** aos Estados-Membros para que o Parlamento desempenhe um papel importante na fiscalização das PPP. É necessário estabelecer uma linha clara de demarcação entre as PPP e a dívida contraída durante as despesas públicas em projectos.
- iv. **EXORTE** os Estados Membros a organizarem programas de reforço de capacidades para os jovens, para além da educação formal, a fim de garantir a inclusão dos jovens em sectores-chave que impulsionem os programas de objectivos da juventude nas plataformas nacionais e regionais.
- v. **ENCORAJE** os Estados membros a impulsionar o sector agrícola para reforçar o comércio e criar suficiência económica.
- vi. **APELE** a que os Estados-Membros apresentem estratégias para recuperar as perdas de emprego criadas pela pandemia do covid-19. Estas perdas de emprego foram causadas por encerramentos de indústrias, pelo que é altura de dar o pontapé de saída e ressuscitar a industrialização para impulsionar o comércio e o emprego.
- vii. **EXORTE** os Estados Membros a promover mais financiamento para a Saúde, o que facilitará a adopção da Cobertura Universal de Saúde, aumentando assim o investimento em questões de SDSR.
- viii. **INCENTIVE** os Estados Membros a harmonizarem a Lei Modelo de GFP com a legislação existente. Isto criará uma plataforma para a partilha de informações com o Executivo, especialmente na gestão da dívida.
- ix. **IMPLORE** aos Estados Membros a eliminarem as barreiras que dificultam o comércio na região. Os Estados Membros devem também apresentar medidas para ressuscitar o comércio na região, especialmente através da melhoria dos transportes e da conectividade.

7.0 CONCLUSÃO

O FP da SADC é uma organização parlamentar com o objectivo de melhorar os meios de subsistência dos cidadãos da região através das acções dos Estados-Membros. A plataforma de audiência pública permite aos cidadãos apresentar questões que os afectam e recomendar medidas correctivas aos Estados-Membros. Por conseguinte, a Comissão TIFI louva todas as apresentações e expressa a sua gratidão aos participantes

e parceiros. A Comissão louva a participação dos jovens neste exercício. A Comissão reconhece igualmente os esforços incansáveis da Secretária-Geral e do Secretariado que visa facilitar a participação do público.

Por conseguinte, a TIFI solicita à 56^a Assembleia Plenária para que adopte, sem reservas, as recomendações contidas no seu relatório.

Deputada Ruth MENDES
PRESIDENTE

Sra. Masenate MOLAPO
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

8.0 ANEXOS

ANEXO I - LISTA DOS FUNCIONÁRIOS

- i. Boemo Sekgoma, Secretária-Geral
- ii. Sr. Joseph Manzi, Diretor, Negócios e Programas Parlamentares
- iii. Sra. Masenate Molapo, Gestora de Programas e Secretária da Comissão (TIFI)
- iv. Sra. Clare Musonda, Gestora de Programas (RWPC e RPMLOC)
- v. Paulina Kanguatjivi, Assistente e Coordenadora Processual
- vi. Sr. Ronald Windwaai, Webmaster

ANEXO II - LISTA DOS REPRESENTANTES DOS CIDADÃOS E DOS PARCEIROS

- I. Ron Chari; Director Executivo do Instituto Chandler de Justiça (CIJ).
- ii. Dr Davie Malungisa; Conselheiro Sênior da Southern Africa Resource Watch e jurista
- iii. Sr. Tshepo Magoma; Diretor de Inovação Empresarial e Empreendedores, SAYoF
- iv. Lisa Mawuwa, Secretária Executiva do Gabinete do Coordenador Regional, SAYoF
- v. Sr. Chrispin Chomba; Representante Regional e Chefe de Evidências Estratégicas e Programação, SAfAIDS
- vi. Sr. Teboho Moteuli; Presidente, United Youth for Change.